



# **PROJETO DE LEI N.º 3.053, DE 2015**

(Da Sra. Christiane de Souza Yared)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para incluir na multa reparatória às vítimas de crimes de trânsito parcela indenizatória às despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS.

### **DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE: SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA; VIAÇÃO E TRANSPORTES E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

## **APRECIAÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD 2

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 297 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

"§ 4º Ao valor da multa reparatória será acrescida parcela

referente às despesas realizadas pelo Sistema Único de Saúde - SUS para o

tratamento da vítima, que será inteiramente revertida ao orçamento do SUS."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICAÇÃO** 

É notória a crônica dificuldade que o Estado Brasileiro tem

para financiar adequadamente o Sistema Unico de Saúde. Um dos componentes

que pesam de modo importante no orçamento da saúde são os acidentes

automobilísticos com vítimas. Em 2013 foram quase 170 mil internações hospitalares

por acidentes de trânsito, com gasto de aproximadamente R\$ 230 milhões, uma soma vultosa sob qualquer ponto de vista que, se empregada em outras

necessidades do sistema de saúde, poderia fazer grande diferença.

Há acidentes que são obra do infeliz acaso, há acidentes

evitáveis e há acidentes que são resultantes de crimes de trânsito. No caso destes,

seria simplesmente correto que as despesas efetuadas pelo SUS fossem

ressarcidas pelo perpetrador. O Código de Trânsito, Lei nº 9.503, de 23 de setembro

de 1997, já prevê em seu art. 297, a multa reparatória, devida pelo culpado de crime

de trânsito à vítima que sofreu dano.

O presente projeto visa a acrescer àquela multa uma parcela

específica destinada a indenizar o SUS nesses casos. Uma vez que a aplicação da

multa existente depende da determinação da culpa, não haveria maiores trâmites a

cumprir para efetuar a cobrança da parcela destinada ao SUS que, como prevê o

projeto, seria inteiramente recolhida ao orçamento da saúde.

Convencida do mérito do presente projeto de lei, apresento-o

aos nobres pares e peço seus votos para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 22 de setembro de 2015.

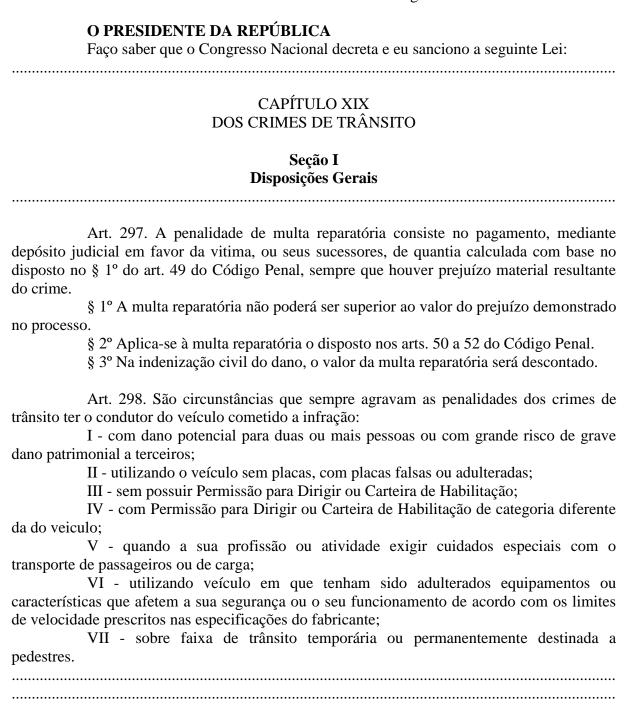
Deputada CHRISTIANE DE SOUZA YARED

### LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL Seção de Legislação Citada - SELEC

### **LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.



FIM DO DOCUMENTO